

Marilene Aparecida de Oliveira

**SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FERRAMENTA DE VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL**

Vitória, 20 de outubro de 2019

Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como ferramenta de vigilância socioassistencial

Apresentação

O presente artigo se propõe a realizar um relato a respeito da qualificação dos procedimentos de sistematização e registro dos dados de participação dos usuários da Rede de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Vitória, com base no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Sisc) como ferramenta de vigilância socioassistencial.

A Rede de oferta de SCFV de Vitória totaliza cinquenta unidades distribuídas em todos os doze territórios de Assistência Social, sendo trinta e quatro unidades públicas (oferta direta) e dezesseis entidades socioassistenciais (oferta indireta), devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (Comasv) e referenciadas aos Cras.

Justificativa

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), a vigilância socioassistencial é uma função da política de assistência social, conjuntamente com a proteção social e a defesa de direitos. Consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da assistência social possam conhecer a vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento de ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.

A vigilância socioassistencial deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, logo, fortalecendo a capacidade de proteção social e de defesa de direitos da política de assistência social.

Uma maneira da vigilância socioassistencial contribuir com o aperfeiçoamento do SCFV é por meio do uso dos dados do Sisc para a realização de estudos diversos. Esse sistema, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania (MC), comporta uma série de informações sobre os usuários e os profissionais do serviço, bem como sobre o território onde ele é executado. É possível acompanhar as situações de violações de direitos mais recorrentes entre os usuários do SCFV, no decorrer dos meses e a região do território onde estão mais concentradas; a

situação de diminuição e/ou aumento do número de usuários durante o ano; a faixa etária que tem maior demanda e adesão ao serviço; entre outras informações.

O Sisc é uma ferramenta de gestão do SCFV e integra as ações do Reordenamento dos Serviços, permite o acompanhamento e monitoramento do serviço executado pelos municípios, a aferição dos atendimentos realizados para fins de cálculo do cofinanciamento federal, além de propiciar a identificação e ampliação do público com perfil prioritário e/ou com vivências de situações prioritárias. Instituído no âmbito do Suas, o Sisc funciona integrado aos bancos de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e Cadastro Nacional do Sistema Único da Assistência Social (CadSuas).

Todos os usuários do SCFV devem ser registrados no Sisc, conforme prevê o §2º do art. 3º da Portaria MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013, por meio do Número de Identificação Social (NIS). O preenchimento do Sisc é de responsabilidade da gestão municipal de assistência social de forma que funcione de fato como uma ferramenta de gestão que mantém registro das informações necessárias para o planejamento, monitoramento e avaliação do serviço. É importante manter sempre atualizadas as informações dos usuários do SCFV no Sisc, de forma que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço no município.

Regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e reordenado em 2013 pela Resolução CNAS nº 01/2013, o SCFV é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (Paif) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi). O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Objetivos

Essa proposta teve como objetivo a verificação efetiva de parte das funcionalidades do Sisc como ferramenta de vigilância socioassistencial, a partir da apuração da ampliação do público com perfil prioritário e/ou com vivência de situações prioritárias em 2018, com base em apontamentos assertivos de informações para registro no Sisc, propiciados por uma sequência de ações de formação e/ou orientação dos profissionais vinculados às unidades de oferta de

SCFV visando a qualificação do registro das informações a partir de 2015.

Metodologia

No município de Vitória, a gestão da Proteção Social Básica é dividida em duas frentes: a Gerência de Atenção à Família (GAF) e a Gerência de Serviços de Convivência (GSC), sendo a primeira responsável pela gestão dos Cras e a segunda pela gestão das unidades de oferta direta de SCFV, onde concentra-se a ação de registro de dados no Sisc.

Em 2016, visando garantir um nivelamento de conhecimento e procedimentos, e contribuir para a consolidação do Suas no que se refere a gestão integrada dos registros, foi iniciada por um técnico da GSC/Semas, uma sequência de visitas técnicas a todas as unidades públicas e entidades socioassistenciais que ofertam SCFV, propiciando uma abordagem acerca das principais características e particularidades que qualificam a oferta do serviço e apresentando estratégias para o processo de trabalho de sistematização de informações para o registro do Sisc, com a assertiva identificação de usuários e de ocorrências de situações prioritárias.

Durante as visitas técnicas, foi propiciado um momento de nivelando conceitual quanto à qualificação das situações prioritárias, e esclarecimento de dúvidas quanto à padronização e regularidade de preenchimento de instrumentais, com informações sobre os usuários, para encaminhamento ao órgão municipal de assistência social visando registro no Sisc. Também foi disponibilizado às unidades documentos orientadores de procedimentos como Instruções Operacionais e Resoluções do CNAS. Com o mesmo objetivo, visitas técnicas sistemáticas foram realizadas aos Creas e aos Cras, visando instrumentalizar os encaminhamentos de usuários aos SCFV como estratégia de complementação de acompanhamento às famílias.

Também foi oferecido à Rede de SCFV dois momentos de formação em SCFV (o segundo juntamente à GAF), com módulo específico sobre o Sisc, com garantia da participação dos profissionais de nível médio e superior das unidades públicas e das entidades. Durante as formações, foi destacada a importância da participação de profissionais das entidades socioassistenciais e unidades públicas nas reuniões sistemáticas das Redes de Proteção Social nos territórios de Cras, intentando uma abordagem intersetorial quanto ao enfrentamento das vulnerabilidades relacionadas às situações prioritárias identificadas nos SCFV.

Em favorecimento ao envio assertivo de informações para os registros no Sisc, foi criado (em caráter sugestivo) um modelo de formulário de encaminhamento dos usuários aos Cras para

referenciamento e inclusão das famílias no Cadastro Único, que também se constituiu em um instrumento que visa orientar as entidades quanto a importância do referenciamento ao Cras, colaborando para uma melhor aproximação e articulação entre as entidades e os Cras.

Todos os procedimentos supracitados possibilitaram um preenchimento assertivo do Sisc, otimizando os registros e possibilitando uma leitura mais fiel do cenário atual da oferta de SCFV no município de Vitória quanto a identificação do público com perfil prioritário e/ou em vivência de situações prioritárias, e contribuíram para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos identificados.

Resultados alcançados

Para a verificação proposta, utilizou-se um estudo comparativo entre os registros no Sisc nos anos 2015 e 2018, quanto ao número de unidades ofertantes de SCFV, de usuários registrados, e os percentuais de usuários com perfil de público prioritário e usuários com vivência de situações prioritárias para atendimento nos SCFV, a saber:

Registros no Sisc	2015	2018
Número de unidades públicas ofertante de SCFV	30	34
Número de entidades socioassistenciais ofertante de SCFV	7	16
Número de usuários	3.281	5.240
Percentual de usuários com perfil de público prioritário	41,5%	65,3%
Percentual de usuários com vivência de situação prioritária	14,6%	22,1%

O aumento no número de usuários registrados deveu-se ao respectivo aumento no número de unidades ofertantes de SCFV, em especial, de entidades socioassistenciais, que ocorreu de forma gradativa a partir das visitas técnicas. Foi verificado um aumento no número de usuários com perfil de público prioritário em 57,5% e um aumento de usuários com vivência de situações prioritárias de 51%, fruto de uma melhora e/ou apuração do olhar técnico perpassando o registro de participação para a condição de vulnerabilidade em cada território.

Por fim, avalia-se que, após o início das visitas técnicas, da oferta das formações e da criação dos instrumentais de sistematização de dados e encaminhamentos, que qualificaram o processo de trabalho para o registro no sisc, houve um aprimoramento do processo de oferta

do SCFV tanto por parte das unidades públicas e como das entidades socioassistenciais, que reafirmam seu papel como integrante do Sistema Único de Assistência Social. A sistematização dessas informações auxiliam na avaliação do SCFV e dá subsídios para a tomada de providências em direção à revisão de práticas, ao aperfeiçoamento das estratégias utilizadas, ao estabelecimento de metas para redução de situações de violações de direitos, entre outras ações necessárias ao alcance dos objetivos do SCFV, conforme descreve a TNSS.

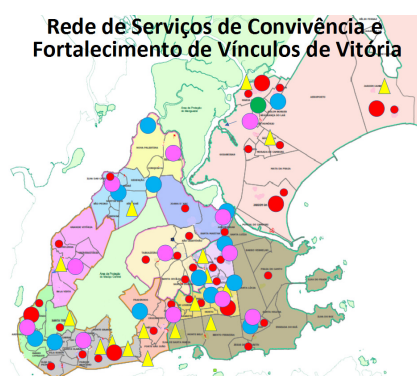
A associação das informações obtidas por meio do Sisc às do Censo Suas também pode gerar estudos relevantes para o conhecimento da oferta do SCFV no município. São importantes para os gestores municipais, para os trabalhadores que atuam nas políticas públicas e para a sociedade de maneira ampla, pois revelam as situações de desproteção social nos territórios e mobilizam diferentes atores para a construção de alternativas para a sua superação.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social.**
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS –MDS / SEB - MEC.** – Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.** – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.
- BRASIL. **Portaria do MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013.** Dispõe sobre o Cofinanciamento Federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.
- BRASIL. **Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013.** Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.
- BRASIL. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Registro fotográfico

Imagem 1: Mapa da Rede de SCFV de Vitória



Fonte: PMV/Semas/GSC

Imagem 2: 2ª Formação em SCFV em 2018



Fonte: PMV/Semas/GSC